

OS MONUMENTOS EM HOMENAGEM AOS BANDEIRANTES EM GOIÂNIA: O(S) PASSADO(S) GOIANO(S)

*THE MONUMENTS IN HONOR OF THE BANDEIRANTES
IN GOIÂNIA: THE GOIANO(S) PAST(S)
LOS MONUMENTOS EN HOMENAJE A LOS BANDEIRANTES
EN GOIÂNIA: EL(LOS) PASADO(S) GOIANO(S)*

Janaina Ferreira dos Santos da Silva¹

Resumo

Estamos vivenciando um contexto espaço-temporal em que os usos do passado inscritos nas narrativas construídas em monumentos ganharam problematizações nas arenas socioculturais brasileiras. Manifestações recentes contra estátuas de personagens controversos e construções em homenagens à temas sensíveis da história nacional nos indicam as divergências entre as histórias públicas e os interesses populares. O debate iniciado em São Paulo sobre o monumento do bandeirante Borba Gato já era presente em Goiás, de maneira que os principais veículos de comunicação e redes sociais trouxeram os monumentos goianos em homenagem à essas figuras para a arena da opinião pública. Entre contestações e defesas, notou-se as diferentes memórias sobre o passado goiano e os identificados como heróis regionais. Nesse sentido, este artigo origina-se dessa problemática das expressões políticas da memória em Goiás objetivando identificar as disputas em torno do passado do estado presentes nos monumentos em homenagens aos bandeirantes localizados em Goiânia.

Palavras-chave: Patrimônio; Goiás; memórias; Identidades.

Abstract

We are experiencing a spatiotemporal context in which the uses of the past inscribed in narratives built on monuments have gained problematization in Brazilian sociocultural arenas. Recent demonstrations against statues of controversial characters and constructions in honor to sensitive themes in national history show us the divergences between public histories and popular interests. The debate started in São Paulo about the monument of the bandeirante Borba Gato was appropriated in Goiás, so that the main communication channels and social networks brought the monuments of

.....

1. Doutoranda em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: janaina_silva@id.uff.br.

Goiás in honor of these figures to the arena of public opinion. Among contestations and defenses, it is possible to notice different memories about the past of Goiás and those identified as regional heroes. In this sense, this article is originated from this problematic of the political expressions of memory in Goiás, aiming to identify the disputes around the state's past inserted in the monuments in honor to the bandeirantes located in Goiânia.

Keywords: Patrimony; Goiás; Memories; Identities.

Resumen

Estamos viviendo un contexto espacio-temporal en el que los usos del pasado inscritos en narrativas construidas en monumentos han ganado problematizaciones en escenarios socioculturales brasileños. Las recientes manifestaciones contra estatuas de personajes controvertidos y construcciones en homenaje a temas sensibles de la historia nacional nos muestran las divergencias entre historias públicas e intereses populares. El debate iniciado en Sao Paulo sobre el monumento del bandeirante Borba Gato fue apropiado en Goiás, de modo que los principales canales de comunicación y redes sociales trajeron los monumentos goianos en homenaje a esas figuras a la arena de la opinión pública. Entre contestaciones y defensas, se percibe diferentes memorias sobre el pasado de Goiás y los identificados como héroes regionales. En este sentido, este artículo parte de esta problemática de las expresiones políticas de la memoria en Goiás, con el objetivo de identificar las disputas alrededor del pasado del estado presentes en los monumentos en homenaje a los bandeirantes ubicados en Goiânia.

Palabras clave: Patrimonio; Goiás, Memorias, Identidades.

1. Debates contemporâneos sobre os usos do passado

No dia 24 de julho de 2021, os principais jornais do país estamparam uma cena impactante: um monumento em chamas. A estátua localiza-se na cidade de São Paulo e homenageia Manuel de Gato Borba, um dos integrantes do movimento das Bandeiras. As autoridades afirmaram que o incêndio ocorreu durante o início da tarde e foi uma ação planejada: um grupo teria chegado ao local com um caminhão e cercaram o monumento com pneus, ateando fogo em seguida. Na parte frontal da estátua que era consumida pelo fogo, pendurou-se um cartaz com a seguinte frase “Revolução periférica - a favela vai descer e não vai ser carnaval”.

A obra em questão foi inaugurada em 1963, após sete anos de idealização e execução do esboço inicial de um monumento que homenageasse os 400 anos do bairro de Santo Amaro. A proposta que recebeu investimentos públicos foi a criação do escultor Júlio Guerra, em que a exaltação do território se daria pela mitificação de um personagem pertencente a um movimento histórico. Assim,

a comemoração do bandeirante Gato Borba representou o enaltecimento da história regional que resgatava as Bandeiras como discurso fundacional de São Paulo. Entretanto, a permanência do monumento como patrimônio estadual sem a presença de problematizações sobre as controvérsias das Bandeiras na história do país e do próprio Gato Borba inserido em um contexto escravista e etnocida recebeu frequentes críticas na contemporaneidade.

Apesar de não ter comprometido a estrutura física da obra, as imagens das chamas consumindo o patrimônio foram difundidas pelas redes sociais com depoimentos dúbios: houveram personalidades importantes no cenário político e cultural atual que apoiaram o ato e outras que o reivindicaram. Em resposta, o atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, divulgou dois dias após o ocorrido que lamentava o que aconteceu e que um empresário paulista (de maneira anônima) havia se comprometido a doar investimentos financeiros para a restauração do monumento.

Antes mesmo do caso de Gato Borba em chamas, as contestações populares e problematizações públicas sobre homenagens a personagens controversos e temas sensíveis tornou-se um debate crescente nos últimos anos. O próprio monumento já havia sido alvo de protesto antes. Em 2016, a estátua de Gato Borba e o Monumento às Bandeiras foram alvos de manifestações que terminaram com as obras repletas de tinta vermelhas que simbolizavam o sangue de povos mortos. Já em 2020, durante a onda de protestos após a morte de George Floyd e o crescente movimento Black Lives Matter, reforços da Guarda Civil Metropolitana foram acionados para protegê-la como resposta às tentativas de violação que sofreu. O exemplo internacional preocupava as autoridades: a estátua do traficante de escravizados Edward Colston foi derrubada, descartada em um rio e substituída por outra durante manifestações na cidade de Bristol nos Estados Unidos. Apesar da vigilância, as estátuas de Gato Borba e Bartolomeu Bueno da Silva receberam adereços de protestantes que estimulavam a problematização da mitificação de personagens controversos e enredos sensíveis na história do país: crânios e caveiras foram acrescentados em seus pés e mãos para fazer menção às mortes oriundas das Bandeiras².

Para além dessas manifestações populares ocorridas em São Paulo, a luta pela importância dos usos do passado para as narrativas coletivas já se estende

.....

2. VIEIRA, Bárbara Muniz. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. G1, São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>.

há alguns anos no âmbito político em vários países (Nestor CANCELI, 1994), especialmente no Brasil. Nas últimas décadas, diversas regiões do país tiveram vereadores e deputados que propuseram projetos de leis que objetivavam a renomeação de espaços públicos e/ou a retirada de monumentos sob a retórica da importância da consciência histórica sobre as desigualdades raciais e étnicas historicamente naturalizadas e silenciadas. Enquanto mecanismos de exaltação (Danilo PINTO, 2015), os nomes imortalizados em logradouros e homenageados em monumentos tornam-se parte de uma história pública oficial que por vezes é desacreditada por grupos a margem dessa narrativa histórica tecida.

As imagens da construção em homenagem à Borba Gato em chamuscas e as discussões derivadas desse acontecimento adquiriram uma repercussão grande em Goiás. Com uma memória³ histórica regional que os atribuiu à inauguração do estado, as imagens cristalizadas dos bandeirantes em monumentos foram postas em confronto: heróis da identidade⁴ goiana ou algozes das populações indígenas e negras? Uma reportagem do portal Mais Goiás ilustra bem essa dialética em torno dos bandeirantes em Goiás. Intitulada “*Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante*”, a reportagem se dedicou a narrar a história do Monumento do Bandeirante, apresentar a opinião de um historiador sobre a feitura e manutenção da homenagem à figura histórica e as opiniões em favor dos monumentos já estabelecidos. Localizada em uma movimentada avenida do centro da capital, a estátua de Anhangüera foi trazida para a problemática reacendida a partir do caso de Borba Gato em chamuscas. Para o entrevistado para estabelecer análises do monumento na matéria, o monumento trata-se de uma ilustração de como uma versão do passado racista e etnocida da história de

.....

3. Ao longo desse artigo, estamos trabalhando com o conceito de memória e suas tipologias cunhados por Paul Ricoeur (2007). Pensando especificamente nas discussões sobre memória histórica, podemos desenvolver que relaciona-se com a identidade pois os usos e abusos da memória por parte de um governo, seja no âmbito nacional ou regional, ancora-se no uso da narrativa do passado para a legitimação da identidade, elencando esquecimentos e reaparecimentos dos eventos do tempo passado para a reconstrução dessa memória. Dessa maneira, dispõe para o coletivo a elaboração de um projeto identitário em que as expressões públicas que reconstituem o passado assumem um caráter de legitimidade. Ver mais em: RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
4. Com identidade, estamos partindo dos estudos de Stuart Hall (2006), que produziu uma discussão sobre o termo e entende sua formação a partir de um conjunto de práticas pertencentes aos discursos culturais dos grupos. Dessa maneira, defendeu que, a partir de uma centralidade cultural, as identidades são formadas por uma rede de estratégias de representações, significações, simbologias e elementos que sedimentam o arcabouço cultural compartilhado por um mesmo grupo, constituídas como partes das subjetividades humanas. Ver mais em HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Goiás foi silenciada. Ainda para ele, o movimento das bandeiras desencadeou massacres aos indígenas, a intensificação das violências aos negros escravizados, invasão de terras e violências de várias naturezas às populações locais, especialmente às mulheres.

Como problemática desse artigo, a questão dos monumentos torna-se central para pensarmos nas memórias demarcadas como nobres (Françoise CHOAY, 2001) no contexto das identidades nacionais e regionais. Com isso, temos como objetivo a análise dos monumentos em Goiânia que retratem as figuras dos bandeirantes, de maneira a investigar os significados inseridos nessas homenagens e explorar os usos do passado goiano a partir dessas obras. Para isso, trabalharemos com uma perspectiva que apresenta a função do historiador como investigador da memória e dos simbolismos em torno das narrativas sobre o passado, pensando no lugar de memória enquanto uma “justaposição de realidades” (Pierre Nora 1997).

2. As problemáticas em torno dos Patrimônios: recordações nobres versus memórias clandestinas

Em uma breve contextualização histórica, é possível perceber como as disputas em torno da memória nacional e regional tem se tornado presente no campo político nas últimas décadas brasileiras, em que se observa como as homenagens às figuras do passado tem se mostrado como alvo de concorrências e debates. Em 2001, o vereador Nabil Bonduki apresentou o primeiro projeto de lei que pensava nas homenagens patrimoniais estabelecidas na cidade de São Paulo, propondo a retirada das referências aos bandeirantes. Já em Brasília, o ano de 2015 foi marcado pela polêmica da possível renomeação da Ponte Costa e Silva, que homenageava um dos presidentes do período ditatorial civil-militar brasileiro. A proposta apresentada pelo Governador Rodrigo Rollemberg rebatizou o elevado como Honestino Guimarães em homenagem a um dos jovens desaparecidos naquele mesmo contexto político brasileiro de autoritarismo.

Seguindo essa onda de reformulações patrimoniais, o projeto de lei 5.296 executado pelos deputados federais Talíria Petrone, Áurea Carolina e Orlando Silva é um dos mais ousados. Em tramitação na Câmara desde 2020, a proposta traz em sua redação as problemáticas em torno das homenagens a personagens controversos e apresenta um objetivo principal: “a proibição de homenagens a proprietários de escravos, traficantes de

escravos, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão em monumentos públicos, estátuas, totens, praças e bustos ou qualquer outro tipo de monumento” (Brasil, 2020).

Em conjunto com o propósito principal, outras duas propostas estão em anexo do projeto: os monumentos que fizessem referência à escravistas deveriam ser retirados dos espaços urbanos e armazenados em museus que os referenciassem enquanto ligados à manutenção da escravidão e a sociedade civil seria a responsável por escolher os personagens históricos para serem homenageados nos lugares em que constavam monumentos a escravocratas. A proposta também traz a defesa de uma visão deturbada do movimento das Bandeiras, entendendo-o como a matriz principal em torno das homenagens a personagens controversos na história. Caracterizadas com o teor de aprisionamento e venda de indígenas e negros escravizados, o texto questiona quais seriam os motivos para homenagear figuras ligadas diretamente a escravização. Resgatando o sentido pedagógico que os monumentos adquirem para uma sociedade, a construção argumentativa direciona-se sobre o que tais obras representariam sobre o passado brasileiro para a população.

Entretanto, também está em andamento na Câmara dos Deputados o projeto de lei 1595/19, proposto pelo Major Vitor Hugo, que traz como objetivo principal a preservação de monumentos que representem o patrimônio cultural brasileiro. Após o episódio de Borba Gato em chamás, o político expôs sua opinião contrária à ação que denominou de terrorista, opinando que o sistema que não pune terroristas que agem em detrimento à história e cultura nacional gera ações como essa. A partir desses embates em torno de monumentos que inspiraram os projetos de leis e expressões populares díspares entre si aqui referenciados, nos deparamos com as problemáticas em torno dos monumentos e suas funções sociais na contemporaneidade. Para essas discussões que estão dispostas em diferentes arenas, as perspectivas em torno da memória e dos patrimônios culturais nacionais são agregadas às retóricas difundidas.

A palavra monumento vem do latim *monumentum* e remete-se a ao vocábulo *memini* (memória) e do verbo *monere* (memorar). Nesse sentido, “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (Jean Jacques LE GOFF, 1992. p. 535), denotando, já em sua origem, uma promessa de eternidade a partir da transmissão de memórias às temporalidades futuras (Jordanna SILVA, 2020). Até o século XIX, a criação

de monumentos era uma dinâmica direcionada às linhagens poderosas e tinham o caráter particular. Foi a partir desse marco temporal que tornaram-se ferramentas para exibir fragmentos do passado de uma localidade ou povo (CHOAY, 2001). Logo, percebemos que a conjuntura que derivou à nova configuração para os usos dessas edificações mobilizou-se a partir da urgência contextual de valorização das nações emergentes.

Para Benedict Anderson (2008), as nações foram idealizadas a partir de produções culturais que criaram suas diferenciações em relação umas às outras. Esse processo de produção da ficção opõe-se à arguição de características naturais inerentes a povos, tornando as nações uma invenção. Nessa perspectiva, o nacionalismo incorporou-se dos usos de monumentos para exibir os traços identitários que compunham a essa malha inventada em nome do nacionalismo (Luciene SIMÃO, 2016). Essa relação com o tempo passado e a estruturação de um enredo histórico e cultural que faz sentido no presente expressa como a elaboração de uma identidade nacional faz parte da concepção de uma unidade populacional que foi inventada em defesa da nação. Por isso, para Yussef Campos:

A identidade nacional, que se sobrepõe às alteridades internas, é um projeto que constrói o outro, que está além da fronteira geopolítica do território nacional, e cria dentro dos limites territoriais um grupo de homogeneidade inventada que sustenta a existência de um Estado nacional. E essa homogeneidade pode ser amparada num passado comum, como elemento constitutivo da nação, que é selecionado ou esquecido através das conveniências nacionais. (CAMPOS, 2010, p. 15)

Assim, os monumentos materializam as recordações selecionadas enquanto nobres para a elaboração do que é uma nação, constituindo-se enquanto um dos elementos disponíveis para a estruturação do projeto de construções das nações. Por isso, os monumentos tornaram-se construções imbuídas de interesses na estruturação e conservação da ideia construída de nação, em que nasce o conceito de patrimônio nacional.

A história do conceito de patrimônio deu-se a partir da construção de sentido para a identidade nacional. A imagem da nação organizou um processo histórico de “era da comemoração”, em que o Estado atuou fomentando narrativas históricas que enfatizavam às passagens heroicas do passado (NORA, 2008). A partir dessas perspectivas, observamos como a retórica da unidade identitária, cultural, histórica e política de uma nação

estruturou-se como parte fundamental dos usos dos monumentos enquanto patrimônios nacionais.

Como estamos trabalhando com a retórica da invenção da nação, levamos em consideração as disparidades existentes no interior de uma população e território, e a partir dessa linha de raciocínio identificamos como os patrimônios são controversos por essência. A simulação da unicidade nacional exercida pelos monumentos é constantemente fragilizada pelas divisões estabelecidas e de diversas ordens, de maneira que nos deparamos com os patrimônios nacionais enquanto espaços de disputas simbólicas de grupos (CANCLINI, 1994).

Para Françoise Hartog (2003), a memória tem nos patrimônios nacionais o seu alter ego e é em nome da legitimidade dos registros coletivos do passado que grupos debatem sobre as versões do passado histórico que excluem ou omitem eventos e pessoas. O objetivo de resguardar o passado nos tempos presente e futuro, “é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.” (FERREIRA, 200. p. 79). Logo, as concorrências em torno do passado exposto nos monumentos estão ancoradas pelo desejo de visibilidade e conhecimento de enredos silenciados na construção da narrativa histórica oficial da nação.

Os patrimônios trazem em sua concepção a dualidade presente nas reivindicações de grupos que estão fora das histórias de um passado que é rememorado com o objetivo de defender a unificação nacional ou regional. Diante disso, “podemos antever que vestimentas serão criadas para amalgamar uma imensidão de pessoas tão distintas, determinadas como povos, que serão trajadas com uma nacionalidade.” (CAMPOS, 2010. p. 15.).

Logo, a construção de um patrimônio cultural está amaranhada de interesses de setor diversos, em que a retórica da defesa da identidade uma de uma sociedade estabelece-se como pilar das comunidades (inventadas) e suas especificidades histórico-culturais (Stuart HALL, 2006). Desde sua criação, o patrimônio distancia-se de seu objetivo de registro e enaltecimento da identidade coletiva, em que as lutas materiais e simbólicas se estruturam como medida de mostrar as memórias clandestinas coexistentes com as entendidas como oficiais.

O século XX viveu o apogeu das políticas públicas da memória e da preservação cultural, demandando órgãos que voltassem-se para essa frente

(Márcia CHUVA, 2009). No Brasil, a preocupação com a história da nação ganhou notoriedade a partir da influência do movimento modernista a partir da década de 1920; mas foi a partir de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas no poder que transformou-se em uma vertente importante na arena política nacionalista. Em um contexto de valorização nacional e patriotismo enquanto medida política, os assuntos da nação tornaram-se foco do governo. Assim, em 1937 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o primeiro órgão voltado apenas para essas questões.

O órgão ainda assumiu outras formas ao longo da história. Em 1946 foi reestruturado como Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), mas assumiu sua forma final em 1970, quando tornou-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também devemos pontuar que no decorrer dos anos, a preocupação com os patrimônios ganhou novos horizontes e distribuiu-se em redes que abarcaram as demandas regionais brasileiras, adquirindo sedes que também pensavam na preservação das narrativas oficiais.

Anos depois, a Constituição Brasileira de 1988 apresentou a temática dos patrimônios nacionais em seu texto. Explicados como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216), registrou-se que a gestão dessas obras permaneceria sob o poderio do Estado e quaisquer danos ou ameaças a eles se configuraria como crime e estaria sujeito à punições.

Sobre esse contexto de crescente preocupação com os patrimônios nacionais e regionais no decorrer do século XX brasileiro, Chuva analisou:

A partir desse universo de bens tombados, buscou-se compreender as “(di)visões de mundo”, representadas pelas escolhas então feitas, construindo uma coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a “memória nacional” ou a produção cultural “mais autêntica” da nação, capaz, portanto, de narrar sua história e origem, conforme expressão distintiva e recorrente nos discursos dos agentes do órgão, A adjetivação expressava, assim, a desqualificação daquilo que não estivesse nela incluído, como não significativo da “brasilidade”. (CHUVA, 2009, p. 206)

A partir dessas reflexões, percebemos como a preservação de uma narrativa nacional que hegemonize identidade e memória em uma unidade

tornou-se importante no Brasil. nesse sentido, quando pensamos na contemporaneidade, identificamos como “as lutas identitárias marginais são uma reação à imposição de uma identidade nacional” (CAMPOS, 2010. P. 19) que foi cristalizada a partir dos patrimônios.

Instituiu-se, a partir da preservação de apenas versões selecionadas de um passado em contraposição às diversas faces que o tempo passado tem, lugares de memória. Isso pois, caracterizando-se por “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.” (NORA, 1997. P. 2226), os lugares de memória são as materializações das diferentes versões do passado nacional, de forma que as diferenças identitárias parecem inexistentes frente à narrativa oficial.

É importante efetuarmos essas análises a respeito dos monumentos para adentrarmos no contexto espaço-temporal em que esse artigo se dedica. Intimamente relacionados aos eventos do passado que foram selecionadas para constituírem a malha identitária de uma nação ou região, estamos diante de um caldeirão em que borbulham-se os conflitos em torno das memórias eleitas como oficiais e dos personagens homenageados. A estruturação dos patrimônios e as suas inserções em lugares de memórias preservados sob a gestão governamental nos apresentam como a lembrança e o esquecimento do passado possuem poder na sociedade contemporânea.

3. Os bandeirantes na(s) história(s) de Goiás: novos tempos, novas ressignificações

Semelhante ao cenário nacional, o estado de Goiás vivia um momento em que as elites políticas almejavam modernizações econômicas e sociais entre o final do século XIX e início do XX. Apesar da região ter adquirido um destaque econômico com a descoberta das minas de ouro durante o século XVIII, a ideia de ruína surgiu a partir do século seguinte, em que o esgotamento do ouro tornou-se uma justificativa para um discurso associado ao estigma da decadência e de uma crise em Goiás (Noé SANDES, 2012).

A concepção de um “atraso” em relação aos outros estados brasileiros também se ancorou nos relatórios dos viajantes que passaram pelo território e narraram o local como “a imagem do progresso invertida na janela do tempo” (Nasr CHAUL, 2010. P. 42) e uma população com “profunda apatia em que estão imersos” e “dominados pela preguiça e demasiadamente

entregues aos prazeres sexuais e bem diferentes são as causas que os têm conduzido a tão deplorável estado” (SANDES, 2013. P. 852 e 853). Construiu-se uma imagem dual dentro do território brasileiro a partir do binarismo civilização/barbárie, em que a representação de Goiás esteve, historicamente, vinculada à construção simbólica do sertão (Custódia Selma SENA, 2010).

Assim, a historiografia goiana, entre o final do século XIX e início do XX, estruturou narrativas que resgatavam o passado de glória aurífera e lamentar a decadência existente, mas também defender um futuro promissor para o estado (SANDES, 2013. P. 859). As narrativas representaram o mito fundacional goiano a partir do movimento das Bandeiras do século XVII e da exaltação dos bandeirantes como heróis e pioneiros na formação do estado, sedimentado em documentos oficiais, crônicas oitocentistas e comemorações festivas. Introduziu-se no imaginário social os bandeirantes como os desbravadores do sertão que almejavam levar o progresso e a civilização ao território para anexá-lo à órbita nacional (SANDES, 2012).

Revisitados nos momentos históricos da região, a figura dos bandeirantes tornou-se mítica para o estado, especialmente representados por Bartolomeu Bueno Dias. Foram resgatados no hino oficial, nos nomes de bairros e avenidas da capital do estado, no brasão oficial da cidade de Goiânia e emoldurados em monumentos pelo estado. Consequentemente, foram inseridos como os elementos basilares da identidade goiana, em que as Bandeiras são narradas como as maiores epopeia do estado e os sextos ou sétimos avôs, dos goianos que as narram, foram bandeirantes (Paulo BERTRAN, 2006). Dessa maneira, estruturou-se uma versão oficial do passado goiano afirmado pelos monumentos espalhados pelas cidades. Instituíram-se lugares de memória para fortalecer a invenção da unidade da população goiana, invisibilizando-se as outras narrativas presentes no tempo passado do estado e os sujeitos esquecidos. Este caráter manipulável e inventado que a memória oficial adquire (Marc BLOCH, 1998) encontrou em Goiás um refúgio: as Bandeiras tornaram-se o mito fundacional do estado e os bandeirantes seu herói fundador.

Como resposta à memória una divulgada como instrumento de poder nesse jogo de interesses, os conflitos em torno dos usos do passado goiano surgiram. Em diversos momentos as memórias “oficiais” foram confrontadas pelas “clandestinas”, aquelas que voltam-se às lembranças de eventos que dispõem-se subterraneamente ao enquadramento de fatos divulgado (Michael POLLACK, 1989). Com isso, os bandeirantes estão constantemente sendo

atravessados por essas recordações concorrentes que se opõem: protagonistas de uma história gloriosa de colonização e apropriação de território ou genocidas escravotracras? Assim, entre manifestações populares e atuações estatais, constituiu-se a tensão entre a história pública oficial e as histórias escondidas sobre Goiás. Analisaremos, então, os monumentos localizados em Goiânia que referenciam os bandeirantes.

3.1. O Monumento ao Bandeirante

A construção de um monumento aos em homenagem aos bandeirantes surgiu quando a Embaixada Universitária Paulista foi à Goiânia, no começo de 1938. Quando a Universidade de São Paulo (USP) então propôs dar de presente à Goiás um monumento que condecorasse os grandes feitos de um bandeirante que se tornou referência na narrativa oficial do estado, iniciou-se uma campanha pró-monumento durante o primeiro semestre do mesmo ano (Ana Marcela PINTO; Jordanna SILVA, 2020). Os políticos e intelectuais goianos se reuniram em comícios e reuniões para proferirem falas em prol da feitura da estátua com discursos que tinham duas retóricas bem sedimentadas: o enaltecimento do nacionalismo e homenagem aos bandeirantes.

Sobre essas defesas, SILVA (2020, p. 106 e 107) identificou que:

Algumas falas proferidas por intelectuais (poetas, escritores) representam os bandeirantes como deuses, figuras homéricas, diretamente, como veremos adiante. Os argumentos para descoberta do sertão e desbravamento bandeirante envolvem: caça aos índios, para batizá-los, tornando-os cristãos; riquezas do meio ambiente (fauna, flora); riquezas minerais e econômicas; expansão territorial; extensão das fronteiras. O “hiterland” é um termo correntemente utilizado para se referir ao “sertão”, ao “lugar vazio” que precisava ser “descoberto”: nesse sentido, o bandeirismo surge como um segundo ato da colonização portuguesa no Brasil, a partir dos documentos. (SILVA, 2020, p. 106-107)

Os governadores dos dois estados envolvidos, Pedro Ludovico Teixeira por Goiás e Adhemar Pereira de Barros por São Paulo, foram fundamentais no nascimento do monumento pois cada um doou 20 contos de reis para a construção, que tinha como estimativa total de 250 (SILVA, 2020. P. 8). Arquetizado pelo artista plástico Armando Zago, chegou a ser submetido à avaliação de historiadores do período. Confeccionada como um ícone do Estado Novo e que trazia a Marcha para o Oeste como forma de celebração,

tornou-se um retrato das correntes políticas e ideológicas do período: a preocupação com as questões nacionais, a construção de elementos que simbolizassem a história goiana e a retórica do progresso e da modernidade que adentrava o estado.

A obra faz um tributo a um bandeirante em específico: Bartolomeu Bueno da Silva. Pertencente a um grupo de homens que incluía seu pai (ambos possuem o mesmo nome, mas a figura mais conhecida pela história regional trata-se do filho), consagrou-se no mito fundacional do estado como o fundador do Arraial de Santana que posteriormente transformou-se em Vila Boa de Goiás, a primeira capital do estado. O bandeirante tornou-se conhecido na história goiana como Anhanguera, nomenclatura atribuída a ele pelas populações indígenas presentes no território que passou a viver. Em uma tradução livre, acredita-se que signifique “Diabo Velho” e faz referência às maneiras violentas que utilizava para obter ouro.

A inauguração do monumento se deu em 9 de novembro de 1942 e hoje localiza-se na praça Attilio Corrêa Lima, no cruzamento entre as avenidas Goiás e Anhanguera. Feita em bronze e com três metros de altura, a escultura retrata o bandeirante segurando uma bacia e uma arma. No totem em que se posiciona, tem a declaração “Aos goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes”. Desde 1991 o monumento é tombado por lei municipal como patrimônio histórico do município de Goiânia⁵.

Retomando à reportagem do Mais Goiás mencionada anteriormente, é possível notar como existem divergências em relação a como os goianos interpretaram o monumento ao longo do tempo. Apesar de ter sido feito sob a arguição de cultuar o passado glorioso goiano e referenciar as figuras nobres que foram importantes para o estado, há quem identifica na estátua a permanência de problemas latentes no seio da história do estado. Para o historiador entrevistado pelo veículo, as Bandeiras tiveram uma atuação inegável na abertura de caminhos no centro-oeste brasileiros e foram importantes também para a confecção de mapas que abordassem esse território ainda pouco conhecido; entretanto, defende que “A imagem do Anhanguera representa como o modelo racista e excludente de nossa sociedade triunfou, como o colonialismo mais que um modelo econômico,

.....

5. COSTA, Francisco. Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante, em Goiânia. Mais Goiás, Goiânia 31 de julho de 2021. Disponível em <https://www.emaisgoias.com.br/triunfo-do-racismo-diz-historiador-sobre-estatua-do-bandeirante-em-goiania/>.

deitou bases sociais sobre a cultura e sociedade no Brasil” (Francisco COSTA, 2021). O professor ainda estabeleceu um diálogo com o caso ocorrido em São Paulo e questionou:

Recentemente a estátua de Borba Gato foi posta abaixo, vista como um símbolo racista. Poderíamos dizer que a estátua do bandeirante representa menos? Poderíamos nos esconder dentro do discurso de sua validade histórica e que é necessária uma reflexão para se entender e criticar tal símbolo? (COSTA, 2021)

A reflexão estabelecida torna-se contundente em um tempo em que as reivindicações de memórias e usos do passado estão disputadas. O que representa a manutenção desse monumento no território goiano? Ainda em busca de respostas da população para essa problemática, o veículo perguntou para alguns indivíduos que estão próximos ao monumento suas opiniões a respeito dele. Os relatos, que vão desde “Ainda tem pessoas que acham legal alguém que massacrou indígenas... Não acho justo.” até “Não concordo com essa homenagem. A função dele era escravizar e matar índios. Tinha até um apelido, ‘Diabo Velho’.” (COSTA, 2021. p. 01), nos expõe duas questões principais: em muitos casos, se desconhece o que o monumento representa; em outros, se discorda de sua premissa de homenagem aos bandeirantes.

Nesse sentido, interrogamos: que memória é enfatizada pelo monumento que cultua Bartolomeu Bueno da Silva? Em que medida as violências e expropriações exercidas pelos bandeirantes estão silenciadas nesse processo de heroização? A subalternização das memórias dos sujeitos outros desse enredo estão contempladas nesse enquadramento de memória mobilizada enquanto oficial? Em que a alcunha de oficial descredibiliza às outras vivências e experiências existentes em Goiás que não enxergam os bandeirantes enquanto um herói? De quem, afinal, Bartolomeu Bueno da Silva é o herói fundador?

Esse trabalho não se propõe a responder essas perguntas, mas justamente levantar os questionamentos críticos que essas memórias cristalizadas precisam. Dialogamos aqui com a perspectiva que posiciona as memórias engendradas na história pública em um lugar de suspeita (NORA, 1993).

3.2. O Monumento à Goiânia

Quando lemos ou estudamos os monumentos que retratam os bandeirantes na história nacional e/ou regional, o Monumento à Goiânia raramente é mencionado. Ainda pouco estudada, a obra parece estar despercebida

pelos olhares goianos. Uma amostra disso é que a mencionada reportagem do Mais Goiás que trouxe os debates em torno da figura do bandeirante não a trouxe como um dos exemplos de homenagens existentes para eles em Goiás. Talvez esse desconhecimento em relação a esse monumento se dá por muitos não saberem o que significa.

Apesar de seu nome oficial ser Monumento à Goiânia, é popularmente conhecido como Monumento às três raças, Três Raças, Monumento ao Trabalhador ou Monumento aos Construtores (Maria Madalena CABRAL; Maria elizia BORGES, 2009). Construída em 1968 pela escultora Neuza Rodrigues Moraes para retratar a fundação da cidade capital e do próprio estado de Goiás, celebra as três raças que teriam fundado Goiânia e participado da construção identitária e histórica dos goianos. Erguendo um totem de 7 metros de altura com o brasão da cidade no topo, três homens foram esculpidos em bronze: um com fenótipos negroides, outro com fenótipos e vestimentas indígenas e um último com vestimentas similares aos dos descritos como dos bandeirantes, constituindo o elemento branco. Atualmente o monumento localiza-se na Praça Cívica e em frente ao Palácio das Esmeraldas, sede oficial do governo do estado desde 1937.

Mas, apesar de uma memória histórica das relações simétricas entre as três raças durante a história de Goiás, percebe-se, nos próprios imaginários sociais dos goianos, memórias e experiências contrárias à essa ideia⁶. A estruturação dessa identidade regional subalternizou memórias à clandestinidade, em que as violências e conflitos tornam-se terrenos subterrâneos

.....

6. Pensando nessa existência de narrativas que confrontam essa memória oficial goiana, alguns trabalhos são importantes de serem referenciados. Paulo Bertran (2006), ao discutir sobre algumas imagens pragmáticas sobre o estado, referenciou a expressões “pegas à laço” e “domesticadas”, costumeiramente associadas às figuras das bisavós indígenas da população contemporânea goiana e constituinte de uma memória identitária comum. Mirna Silva (2018), ao mostrar essas narrativas presentes nas falas dos goianos com entrevistas efetuadas com a população civil, denunciou essas naturalizações contidas na memória histórica da miscigenação, em que os verbos “amarrar”, “pegar” e “trancar” (ditos pelos entrevistados) apontam os processos de “violência étnica, violência simbólica, violência de gênero contra a mulher indígena, cujos corpos são objetivados e suas identidades anuladas” (P. 758). Gabrielle Silva (2018) articulou que o Movimento Negro Unificado do Estado de Goiás (MNU-GO) surgiu a partir das experiências de um racismo “camuflado” e “negado” vivenciado pela população afrodescendente no território, em que representaram-se os negros na narrativa oficial da formação identitária e cultural do local mas mantiveram-se as hierarquias e subalternizações. Allyson Garcia (2007) analisou as representações sobre os negros no jornal goiano “O Popular”, entre 1985 e 1995, e expôs como resultado a legitimação da diferença em relação aos brancos como um recurso discursivo que para invisibilizar as organizações e lutas, utilizando-se do termo “negro” para atribuir sentidos pejorativos. Sobretudo, o racismo era veementemente negado no jornal, em que a origem racial estadual e nacional era rememorada como argumentação de desmoralização das pautas dos movimentos negros em Goiás.

na memória histórica local (POLLACK, 1989). Poderíamos pensar então em uma correlação com a construção ideológica desse monumento com a corrente política e ideológica da democracia racial?

Em uma breve contextualização histórica, o mito da democracia racial surgiu no final do século XIX mas ganhou grande fôlego com as produções intelectuais brasileiras no início do XX. Esse período compreendeu discussões sobre a modernização econômica e política do país e a construção do Brasil enquanto uma nação promissora ressignificou a narrativa da origem nacional com a roupagem ideológica de uma harmonia existente entre as raças, gerando a unicidade benéfica do povo brasileiro.

Como um projeto ideológico para a elaboração de uma narrativa nacional, a valorização da miscigenação e a romantização das violências ocorridas durante o regime escravista foram projetadas na construção do mito de uma democracia racial como origem da população brasileira, o que fundamentou uma brasilidade. A ideologia da democracia racial teve como pilares os relatos dos viajantes no Brasil durante o século XIX e as produções da elite branca intelectual e política, especialmente a literatura, que resgatavam a suposta origem do Brasil na união de três raças: branca, negra e indígena (Petrônio DOMINGUES, 2005). A aproximação da narrativa construída sobre a história de Goiás com a ideologia da democracia racial também pode ser encontrada na explicação retirada do site oficial do governo sobre a origem cultural e identitária do estado. Observa-se no trecho seguinte como a relação entre as três raças é descrita como basilar na história goiana, construindo-se um mito fundacional harmônico para o contexto das bandeiras.

O pontapé da história de Goiás se deu com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, em busca de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII. O contato entre nativos indígenas, negros e os bandeirantes foi fator decisivo para a formação da cultura do Estado, deixando como legado as principais cidades históricas, como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital de Goiás. (trecho retirado da página oficial do Governo de Goiás, <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>).

Pensar nessa perspectiva do Monumento à Goiânia em conexão com o mito da democracia racial geraria uma problemática suficiente para um outro artigo. Entretanto, para pensarmos no monumento em questão em comunhão com a construção de uma memória oficial em torno dos bandeirantes, a ideologia de uma harmonia entre os sujeitos e uma igual influência

de ambos na história do estado torna-se uma questão latente para os desenvolvimentos deste artigo. Esta versão do passado goiano reposicionou os bandeirantes enquanto heróis e os retiraram de seus enredos e atos que os inscreveram em seus tempos; isso pois, em um contexto de uma sociedade escravista e etnocida, as motivações e ações tomadas pelos bandeirantes no estado foram cobertas pela camuflagem da harmonia.

No monumento, os três homens estão simbolicamente dispostos e efetuando o mesmo trabalho para erguer a cidade de Goiânia; mas, em quais condições tais sujeitos estavam quando edificaram esta região? Como eram estruturadas as relações dos bandeirantes com as populações negras e indígenas no contexto das Bandeiras e das construções das primeiras cidades de Goiás? A mensagem das contribuições das três raças ao estado dialoga com as experiências de violências e cerceamento que os sujeitos subalternos viveram na história do estado?

Observa-se, portanto, como o monumento suaviza o passado goiano a partir da elaboração de uma narrativa sobre um passado que não resgata historicamente como as questões raciais e étnicas estiveram inseridas na construção do estado. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como o Monumento à Goiânia apresenta uma narrativa histórica que colabora com a construção do bandeirante que é o herói da história do estado, em que é revestido de produções sobre o passado que não abarcam as particularidades ideológicas que estiveram inseridos enquanto sujeitos históricos.

4. Considerações Finais

Ao longo desse artigo, pudemos perceber como a disputa das narrativas sobre o passado encontraram nos monumentos uma expressão política da memória. No contexto das formações dos estados, a homenagem às figuras importantes e eventos do passado tornaram-se um marco na construção das identidades nacionais. Elaboraram-se então as narrativas oficiais que organizaram suas histórias a partir da seleção de memórias nobres, em que grupos e enredos foram silenciados pela construção das unicidades nacionais e regionais. Nesse sentido, as reivindicações em torno das memórias oficiais que os monumentos homenageiam tornaram-se uma maneira de visibilizar a pluralidade de povos e enredos que existiram nesses passados.

Logo, observamos como a luta em torno dos usos do passado perpassa pela afirmação das identidades e revisitação de temas sensíveis na história dos

Estados. Também pudemos observar como a manifestação popular que ocorreu em São Paulo como forma de proposto ao monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato está inserida em um contexto em que os heróis nacionais cristalizados pelas memórias nacionais estão sendo postos em debate. No Brasil, investigamos como os usos do passado estão presentes em pautas de diferentes arenas, como a política e a jornalística, de modo que as narrativas oficiais construídas em torno da imagem uma da nação está sendo contestada pelos eventos do passado que estão sendo retirados do silêncio histórico em que estiveram.

Nesse sentido, os monumentos em homenagem aos bandeirantes tornaram-se os maiores alvos dessas concorrências de histórias e heróis no Brasil. As narrativas históricas que os identificavam como heróis e fundadores de alguns estados brasileiros foram confrontadas com as dinâmicas escravistas e etnocidas em que estiveram inseridas. No estado de Goiás, identificamos como os bandeirantes se tornaram importantes para a memória histórica do estado. Apesar disso, vimos como debates recentes tem começado a pensá-los despidos de suas narrativas romantizadas e criticar como as bandeiras foram violentas às populações negras e indígenas no estado.

Com isso, percebemos como os olhares resgatam o Monumento ao Bandeirante enquanto a manutenção do apagamento de um passado goiano excludente e genocida, questionando sobre as outras histórias existentes em torno daquele personagem histórico. Portanto, concluímos como Bartolomeu Bueno da Silva está sendo confrontado pelas diferentes memórias e identidades que estiveram na clandestinidade goiana. Dessa maneira, concluímos que a narrativa construída sobre os bandeirantes como heróis goianos foi inventada e atualmente vem sofrendo ataques que reavaliam as contribuições destes personagens ao estado

Também discutimos sobre como o Monumento à Goiânia também é parte dessa criação que transformou os bandeirantes em deuses do estado e suavizou as relações de subalternização entre os diferentes povos no contexto; mas que, em contrapartida, o monumento não é alvo de contestações. Em uma linha narrativa sobre a fundação do estado que flerta com o mito político e ideológico da democracia racial, analisamos como o mesmo cria uma falsa ideia de igualdade entre as raças e ressignifica como se deram as relações dos bandeirantes com os negros e indígena durante as bandeiras a partir de uma perspectiva natural e pacífica. Assim, vemos como o Monumento à Goiânia é tão problemático quanto

o Monumento ao Bandeirante pois ambos retratam a mesma versão do passado goiano.

Esse artigo não buscou respostas, mas fornecer mais perguntas sobre a construção das narrativas oficiais sobre o Estado de Goiás a partir dos monumentos presentes em Goiânia. Em um contexto tão singular que conta com diversas lutas identitárias, identificamos que o papel do historiador é contribuir com os debates públicos sobre a(s) história(s) e os usos (conscientes) do passado(s); de maneira que não os pensemos de maneira singular, mas denotados de conflitos, divergências e ressignificações contínuas.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010.

BERTRAN, Paulo. A memória Consul e a Goianidade. *Revista UFG*, junho, Ano VIII. n°1, 2006.

BLOCH, Marc. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CABRAL, Maria Madalena Roberto; BORGES, Maria Elizia. Monumento à Goiânia: um olhar sobre sua trajetória. In: *II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual*, 2009, Goiânia. II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual, 2009.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O lado perverso do patrimônio cultural: o Patrimônio Cultural como área de conflito: sítios quilombolas e terras indígenas em disputa. *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*. UNIVILLE: Joinville, 2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do IPHAN*. Brasília: IPHAN, n° 23, 1994, p. 94-115.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. ps. 143-244.

COSTA, Francisco. *Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante, em Goiânia. Mais Goiás*, Goiânia 31 de julho de 2021. Disponível em <https://www.emaisgoias.com.br/triunfo-do-racismo-diz-historiador-sobre-estatua-do-bandeirante-em-goiania/>. Acesso 02 jun. 2021

DAMASCENO, Victoria. *Estátua de Gato Borba em São Paulo causa polêmica desde a inauguração. Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de julho de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/estatua-de-borba-gato-em-sao-paulo-causa-polemica-desde-a-inauguracao.shtml>. Acesso 03 ago. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). *Diálogos Latinoamericanos*, n.10. Universidad de Aarhus. 2005.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. ps. 81-190

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, v.3, n.3: 27-46, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. ps. 87-131

MOREIRA, Corina Maria Rodrigues. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. *São Paulo*, Unesp, v. 14, n. 2, p. 401-415, julho-dezembro, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. *Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 2015, p. 15- 16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702>. Acesso em 18 nov. 2018.

PINTO, Ana Marcela Ardila; SILVA, Jordanna Fonseca. A memória social de uma cidade planejada: a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Ponte Costa e Silva em Brasília passa a se chamar Honestino Guimarães. Agência Nacional, Brasília, 27 de agosto de 2015. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/brasil-ponte-costa-e-silva-muda-de-nome-para-honestino-guimaraes>. Acesso em 3 set. 2021.

Por que Borba Gato é alvo de projetos de lei que propõem tirar seu nome de espaços públicos em São Paulo. G1, São Paulo, 25 de julho de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/25/por-que-borba-gato-e-alvo-de-projetos-de-lei-que-propoe-tirar-seu-nome-de-espacos-publicos-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 3 set. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANDES, N. F. A invenção de Goiás. In: Freitas, Lena Castelo Branco Ferreira; Aires, Aidenor; Caldeira, Elizabeth. (Org.). *A formação de Goiás Contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 53-69.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 847-861, set/dez. 2013. P. 852 e 853.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão Avá. *Revista de Antropología*, núm. 17, julio-diciembre, 2010.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. *A semântica do intangível: um estudo sobre o registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. ps. 85-142.

SILVA, Jordanna Fonseca. *Quando o Anhanguera cruza Goiás: o monumento aos bandeirantes na nova capital*. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2020.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. *G1*, São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>. Acesso 03 ago. 2021.

Recebido em 20 de agosto de 2021.

Aprovado em 24 de setembro de 2021.